



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE CUNHA

"PORTAL DA CIDADANIA"

Rua Dom Lino, 73 - CENTRO - CUNHA/SP - CEP 12530-000. FONE/FAX: (012) 3111-1359

PROTOCOLO

28 JAN 2021

Diego AS Cavalier  
CÂMARA MUNICIPAL DE CUNHA

## PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 01 /2021

**Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e da outras providências.**

**Art. 1º.** Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

**Parágrafo único.** O Conselho de que trata o *caput* terá autonomia administrativa e financeira, com a finalidade precípua de formular diretrizes, programas e políticas públicas relacionadas com a promoção da melhoria das condições de vida das mulheres e a eliminação de todas as formas de discriminação, de modo a assegurar-lhes plena participação e igualdade nos planos político, econômico, social, cultural e jurídico.

**Art. 2º.** Para a consecução de seus objetivos, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

- I - prestar assessoria direta ao Executivo nas questões e matérias que alcancem as mulheres e digam respeito à defesa de seus direitos;
- II - estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate das condições de vida das mulheres no Município de Cunha, visando a eliminar todas as formas de discriminação;
- III - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação concernente aos direitos assegurados às mulheres;
- IV - promover intercâmbios e firmar convênios com organismos nacionais e internacionais, públicos ou privados;
- V - manter canais permanentes de relacionamento com grupos autônomos de mulheres, apoiando as atividades por eles desenvolvidas;
- VI - receber, examinar e efetuar denúncias que envolvam atos de discriminação das mulheres, em todos os setores da sociedade, encaminhando-as aos órgãos competentes;
- VII - exercer as atribuições definidas em lei quanto à investigação e à apuração de delitos contra as mulheres e ao funcionamento de delegacias especializadas em seu atendimento específico.

**Art. 3º.** O Poder Executivo designará os recursos financeiros para permitir o funcionamento do Conselho de que se trata esta Lei.

**Art. 4º.** O Poder Executivo deverá regulamentar esta Lei no prazo de 90 dias contados a partir da sanção.



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE CUNHA

"PORTAL DA CIDADANIA"

Rua Dom Lino, 73 - CENTRO - CUNHA/SP - CEP 12530-000. FONE/FAX: (012) 3111-1359

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões "Plínio Pereira Coelho", em 11 de janeiro de 2020.

Registrado e publicado por editais na data supra.

*Gilmara F. S. Ferreira dos Anjos*

**Gilmara Fernanda dos Santos Ferreira dos Anjos**

**VEREADORA**





# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE CUNHA

"PORTAL DA CIDADANIA"

Rua Dom Lino, 73 – CENTRO – CUNHA/SP – CEP 12530-000. FONE/FAX: (012) 3111-1359

## JUSTIFICATIVA

O Conselho Municipal da Mulher é um órgão deliberativo e fiscalizador.

Tem como finalidade promover a discussão e indicar as diretrizes para o planejamento e a implantação de programas e ações de políticas públicas voltadas à mulher e suas necessidades, a fim de garantir a igualdade de oportunidades e assegurar à população feminina a promoção da cidadania plena e a eliminação de todas as formas de discriminação.

O Conselho Municipal da Mulher é composto por dozes titulares e suas respectivas suplentes, com mandato de dois anos, sendo seis mulheres representando a sociedade civil e seis mulheres representando o poder público. São atribuições do Conselho:

- Atuar na formulação das diretrizes de políticas públicas que visem à eliminação das discriminações que atinjam a mulher e fiscalizar sua implantação no âmbito municipal;
- Propor medidas às diferentes áreas que venham contribuir para a concretização das políticas afetas à mulher, estabelecendo prioridades;
- Contribuir com o Poder Executivo na elaboração de programas, projetos e serviços, que repercutam sobre os interesses e direitos da mulher;

A Lei Maria da Penha foi criada com o objetivo de proteção e prevenção, para que qualquer forma de violência contra mulher não seja esquecida.

É importante destacar que a Lei não trata apenas de coibir e punir a violência doméstica e familiar contra mulher, mas também assegurar seus direitos fundamentais. Por isso, é de extrema importância dar força à Lei Maria da Penha. A violência de gênero precisa ter fim! É nosso dever lutar pelo fim da violência contra mulher!

- Articular-se com os demais Conselhos de Direitos para o acompanhamento e avaliação de programas, projetos e serviços desenvolvidos no Município, voltados especificamente para a mulher;

- Estimular, apoiar e desenvolver estudos e debates sobre a condição da mulher cunhense, com vistas a corrigir e avaliar distorções e discriminações;

- Fiscalizar e acompanhar o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher em âmbito municipal;

- Promover e/ou participar de seminários, fóruns e conferências sobre assuntos de interesse da mulher, difundindo conhecimentos e colhendo sugestões para atuação do Conselho;

- Encaminhar propostas para modificar a legislação municipal, de forma a implantar as políticas públicas de defesa dos direitos da mulher.

**Gilmara Fernanda dos Santos Ferreira dos Anjos**

**VEREADORA**